



GUIA PARA A SOCIEDADE CIVIL

COMO ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL PODEM APOIAR A
INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA
DE JOVENS MIGRANTES

Editorial

Organização Internacional para as Migrações (OIM) – Brasil
SAS Quadra 05, Bloco N, Edifício OAB 3º piso
Brasília/DF – 70070-913

Chefe de Missão da OIM no Brasil

Stéphane Rostiaux

Esta publicação pode ser reproduzida, total ou parcialmente, sempre que sua autoria esteja devidamente referenciada à *2021 Organização Internacional para as Migrações (OIM)* ©

GUIA PARA A SOCIEDADE CIVIL: INTEGRAÇÃO SOCIOECONOMICA DE JOVENS MIGRANTES

Bloco 1 – A proteção aos direitos humanos de jovens migrantes |

Bloco 2 – Mediação para a integração socioeconômica |

Bloco 3– Incidência no processo de elaboração de leis, políticas públicas, programas e planos intersetoriais.



A OIM está comprometida com o princípio de que a migração segura, ordenada e digna beneficia a todos os migrantes e a sociedade. Devido ao seu caráter de organização intergovernamental, a OIM trabalha com seus parceiros da comunidade internacional para ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração, fomentar a compreensão dos problemas migratórios, fomentar o desenvolvimento social e econômico por meio da migração e garantir o respeito à dignidade humana e ao bem-estar de migrantes em situação de vulnerabilidade.

Este guia foi elaborado no âmbito do projeto Oportunidades - Integração no Brasil, uma iniciativa da Organização Internacional para as Migrações (OIM), financiada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Com o objetivo de impulsionar soluções duradouras de integração econômica de nacionais da Venezuela e migrantes de outros países vizinhos ao Brasil, o projeto conta com iniciativas de inserção e integração laboral, treinamentos e capacitações, fomento ao empreendedorismo e acesso a informações e direitos.

As opiniões expressas nessa publicação são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da OIM ou qualquer outra organização a qual os participantes possam estar profissionalmente vinculados.

Guia elaborado pela equipe de consultores composta por Benedito Rodrigues dos Santos (Consultor), Elisângela Aparecida Machado da Silva (Pesquisadora Sênior) e Carolina Carreiro Alencar de Carvalho (Pesquisadora Junior). Editado por Raissa Pena e Paola Carvalho e revisado por Melissa Brito Spindola. Projetado e diagramado pela Duo Design.

Prefácio

É com satisfação que a Secretaria Nacional de Proteção Global e a Secretaria Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) recebem o lançamento pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) deste guia cujo objetivo é apoiar organizações da sociedade civil em suas iniciativas de inclusão econômica de jovens migrantes no Brasil. Lembramos que as políticas públicas para jovens no Brasil se baseiam no reconhecimento de que a juventude é a fase da vida de maior potencialidade para o aprofundamento dos estudos e início da vida profissional. Além disso, receber de braços abertos os jovens migrantes em território brasileiro não somente significa respeitar o princípio da não-discriminação da Constituição Federal, mas também reconhecer suas potencialidades de agregar diversidade, força criativa e conhecimentos que apoiem o desenvolvimento do país.

Este guia oferece informações para que organizações da sociedade civil possam contribuir no desenvolvimento de ações na integração socioeconômica de jovens migrantes. Quando os jovens migram em condições de dignidade, segurança e com expectativas de uma vida melhor, eles tanto impulsionam o desenvolvimento social e econômico dos países de origem quanto o de destino, assim como beneficiam suas famílias.

Neste guia, as organizações da sociedade civil podem encontrar informações para o fomento da integração econômica de jovens migrantes como: iniciativas de políticas públicas, boas práticas de empregabilidade e ações que promovam o trabalho decente.

A promoção e proteção dos direitos humanos dessa população parte da difusão de políticas públicas que valorizem sua participação na sociedade e incentivem a criação de oportunidades para os jovens migrantes. Os guias da OIM se mostram como instrumentos de referência para a atuação ativa dos jovens migrantes nas suas próprias jornadas no Brasil, e igualmente, para sua integração na sociedade brasileira.

Desta forma, os guias integram as iniciativas prioritárias da Secretaria Nacional de Juventude de promoção do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, e da Secretaria Nacional de Proteção Global para promoção dos direitos de populações em situação de vulnerabilidade, sem quaisquer formas de discriminação, inclusive de nacionalidade. A promoção e proteção dos direitos humanos perpassa todos os direitos e são de todos que se encontram em território brasileiro.

Emilly Silva, *Secretária Nacional da Juventude - MMFDH*

Mariana Neris, *Secretária Nacional de Proteção Global - MMFDH*

ÍNDICE



7 APRESENTAÇÃO

9 BLOCO I

A proteção aos direitos humanos de jovens migrantes

Sonhos de vida e expectativas profissionais dos jovens migrantes
Estratégias para apoiar a inserção socioeconômica dos jovens migrantes

30 BLOCO 2

Mediação para a integração socioeconômica

Disseminar informações para o acesso a direitos e serviços
Oferecer auxílio em questões de documentação

36 BLOCO 3

Incidência no processo de elaboração de leis, políticas públicas, programas e planos intersetoriais

Em âmbito federal

Em âmbito estadual

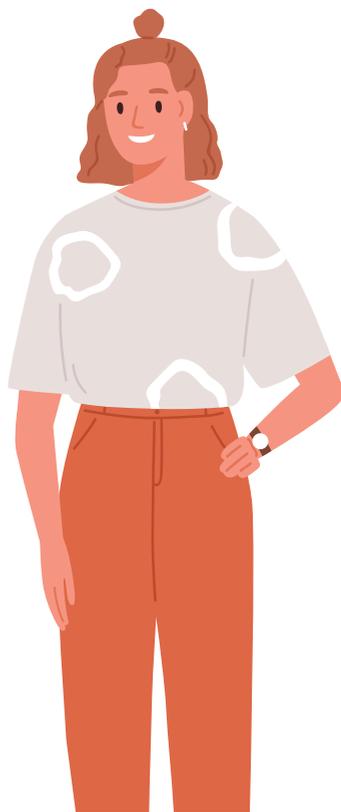
Em âmbito municipal



APRESENTAÇÃO

A sociedade civil brasileira, por meio de grupos religiosos, organizações não governamentais de direitos humanos e movimentos sociais, atua no acolhimento e na integração socioeconômica de migrantes e na implementação de políticas voltadas para essa população.

A **Organização Internacional para as Migrações (OIM)**¹ se propõe a contribuir para o fortalecimento das capacidades das organizações da sociedade civil na participação dos processos de formulação e de implementação de políticas, programas e serviços.



¹ Disponível em:



Adicionalmente, como parte de sua missão no Brasil, por meio deste guia, a **OIM** oferece, aos gestores e profissionais de organizações da sociedade civil, recomendações técnicas, boas práticas e ações que podem contribuir para a integração socioeconômica de jovens venezuelanos(as) e migrantes de países vizinhos ao Brasil.

O conteúdo deste material partiu de uma revisão das diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU) e de escutas com gestores e membros da sociedade civil, jovens venezuelanos(as), empresários(as), técnicos(as) e gestores(as) de ministérios e de órgãos estaduais e municipais, e aponta para estratégias sobre como promover a inserção socioeconômica no Brasil.



BLOCO I



A proteção aos direitos humanos de jovens migrantes

O Brasil tem sido destino de intenso fluxo migratório nos últimos anos, em decorrência da crise humanitária na Venezuela. De acordo com dados oficiais de junho de 2021, o Brasil registrava ao todo 259.221 venezuelanos(as) em seu território — o quinto país na região da América Latina e Caribe que mais tem acolhido essa população.

2
Disponível em:



Em resposta, o Brasil instituiu a **Operação Acolhida**, uma força-tarefa logístico-humanitária coordenada e executada pelo Governo Federal, com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 organizações da sociedade civil. Trata-se de um esforço multissetorial, estruturado em três eixos:

- 1) Ordenamento de fronteira**, com ações de documentação e vacinação, entre outras;
- 2) Acolhimento**, com oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde em Roraima; e
- 3) Interiorização**, por meio do deslocamento voluntário de migrantes e refugiados venezuelanos de Roraima e do Amazonas para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica.

Até julho de 2021, cerca de 56 mil pessoas se beneficiaram da estratégia de interiorização, recebendo apoio para deslocamento a 716 municípios brasileiros.



Saiba mais:



Segundo o Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (1988)³:
“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer espécie, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.”



3
Disponível em:



Em 2017, foi promulgada a Lei de Migração nº 13.445⁴, que trata dos direitos e deveres do/da migrante e do/da visitante, regula a sua entrada no país e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas a essa população. Esse conjunto de leis garante às pessoas migrantes no Brasil praticamente todos os direitos assegurados a nacionais brasileiros — exceto os direitos de votar e de ser votado.



4
Disponível em:



Sonhos de vida e expectativas profissionais dos jovens migrantes

Para apoiar os jovens migrantes é importante conhecer seu perfil, trajetórias e necessidades. Veja a seguir alguns aspectos que podem contribuir para que organizações da sociedade civil desenvolvam ações participativas com esses jovens.

Como mostra o relatório **Youth and Migration, da OIM⁵, de 2020**, jovens são criativos, dinâmicos e dispostos a se integrar em novas sociedades.

Por assumirem riscos, são também ótimos solucionadores de problemas, pioneiros por natureza, resilientes e engenhosos em tempos de crise. Habilidades sociais como essas são ótimas aliadas para o desenvolvimento cultural, econômico, social e emocional de sociedades de trânsito e de acolhida.

Em um mundo cada vez mais interconectado, é fundamental vivenciar plenamente a diversidade de culturas, costumes, línguas e modos de vida daqueles que chegam e apoiar sua integração ao nosso país. Incentivar a troca de vivências e qualificações pessoais entre a comunidade migrante e a comunidade local facilita o processo de integração dos migrantes,

5 _____
Disponível em:



ao promover a construção de novas redes de relacionamento e apoio no país de acolhida.

Conheça a seguir as expectativas e os desafios sinalizados por jovens migrantes no Brasil que participaram da consulta realizada pela **OIM**, em setembro de 2020:



Perfil dos jovens

- › Os jovens são proativos, autônomos, multitarefas, disciplinados, automotivados, focados em metas e resultados.
- › A população jovem que chega ao Brasil nos últimos 3 anos vem à procura de trabalho e geração de renda.



- › Jovens enfrentam barreiras no acesso às oportunidades de integração socioeconômica em decorrência da maior situação de vulnerabilidade.
- › Requerem apoio para realizar curso de português, matricular filhos em creche e acessar rede de assistência social.



- › A ausência de redes de apoio, como familiares, amigos, grupo de migrantes, instituições religiosas e organizações da sociedade civil, pode impactar a integração socioeconômica de jovens migrantes.



- › A falta de informação sobre seus direitos e serviços públicos disponíveis pode trazer muitos obstáculos na integração de migrantes nas comunidades de acolhida. Para acesso à informação, pode-se buscar os centros de referência em assistência social, os serviços voltados para o atendimento a migrantes (como Centros de Referência para Migrantes e a Polícia Federal), ou grupos formados por parentes e amigos, brasileiros e migrantes ou pelas redes sociais (como WhatsApp e Facebook).



Principais Desafios

- › Jovens migrantes podem ter dificuldades de acesso a documentos escolares de seus países de origem e a informações sobre os trâmites para acesso à educação. Também podem não dispor de recursos financeiros para custear a revalidação de seus diplomas. Além disso, existe o desafio de alinhar a disponibilidade de tempo para a qualificação profissional com a rotina de trabalho.
- › Jovens desejam a valorização das suas competências e habilidades profissionais para a integração no mercado de trabalho no



Brasil, em vez de serem avaliados nos processos de recrutamento e seleção pelas certificações, educação formal e experiência profissional.

- › As jovens migrantes enfrentam barreiras no acesso às oportunidades de integração socioeconômica em decorrência da maior situação de vulnerabilidade.
- › Demandam o provimento de informações específicas sobre seus direitos no Brasil, além de profissionais melhor preparados para atendimento desta população nas regiões de fronteira e nos centros de referência.



- › Migrantes com dificuldades para frequentar presencialmente aulas de português podem acessar gratuitamente o curso online de português desenvolvido pela OIM em parceria com a Unicesumar.

Disponível em:



Estratégias para apoiar a inserção socioeconômica de jovens migrantes

A sociedade civil tem capacidade de acolher diversas realidades culturais, costumes, línguas e modos de vida. Seu papel estratégico é exercido na medida em que é capaz de auxiliar jovens em assuntos como documentação, assessoria jurídica, integração no mercado de trabalho, geração de renda via empreendedorismo, cursos de português e profissionalizantes, procedimentos para ajuda financeira, campanhas de arrecadação e distribuição de roupas, alimentos, itens de higiene e limpeza, entre outros.



Ao reconhecer o potencial criativo e dinâmico de jovens migrantes, a sociedade civil assume seu poder como agente de acolhimento, de contribuição para sua integração socioeconômica e, também, na ampliação de oportunidades voltadas à integração qualificada de jovens migrantes no mercado de trabalho.



ESTRATÉGIA I. PREPARAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL



Organizações da sociedade civil vêm construindo, gradualmente, uma agenda de apoio à integração socioeconômica de jovens migrantes, particularmente no aspecto da qualificação profissional. Mais do que um ensino de habilidades e técnicas, essas organizações vêm realizando processos de formação para a cultura organizacional corporativa brasileira.

A sensibilidade cultural nos atendimentos e nos serviços ofertados deve incluir um olhar para especificidades de gênero. As realidades de homens e de mulheres migrantes no contexto

dos seus países de origem, do seu trajeto migratório e da sua integração na sociedade brasileira são variadas. Dessa maneira, os processos de integração laboral se diferenciam, e as barreiras vivenciadas pelas mulheres podem atrasar ou mitigar a autonomia econômica.

Os serviços oferecidos pela sociedade civil estão mais próximos à realidade dos/das migrantes e, por isso, são ferramentas valiosas para a adaptação cultural no ambiente de trabalho. **Dessa maneira, destacam-se os seguintes eixos no processo de integração:**

- › Oferta de cursos de português
- › Capacitações técnicas
- › Informação sobre direitos e acesso a serviços públicos
- › Treinamentos de habilidades comportamentais
- › Preparação de currículos, orientação para buscar vagas e participar de entrevistas comportamentais
- › Atendimento de saúde mental para o fortalecimento da autoestima e da confiança.
- › Apoio e encaminhamento para revalidação de diplomas de Ensino Médio e de Ensino Superior emitidos no país de origem.

PARA IMPLEMENTAR ESSES EIXOS AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PODEM:

- › Promover iniciativas voltadas à integração qualificada de jovens migrantes no mercado de trabalho, oferecendo serviços como mentoria, coaching e treinamentos profissionais específicos para o desenvolvimento de habilidades técnicas e sociocomportamentais.
- › Articular, com a Secretaria de Educação do estado de atuação, um fluxo de encaminhamento de diplomas de Ensino Médio emitidos nos países de origem das pessoas jovens, de forma a agilizar o processo de revalidação desses documentos, para que os migrantes possam acessar programas de Jovem Aprendiz, entre outras oportunidades.
- › Apoiar no acesso a serviço de saúde mental, formação de redes comunitárias e com a criação de espaços seguros para atendimento.



ESTRATÉGIA 2. MEDIAÇÃO PARA O ACESSO A PERFIS PROFISSIONAIS

É importante preparar e facilitar o acesso de jovens migrantes a informações essenciais para processos seletivos e de recrutamento. Organizações da sociedade civil podem:

- › Atuar como pontos estratégicos de acesso à informação para empregadores e intermediadores laborais, tirando suas dúvidas e fornecendo informações sobre as instituições da rede que podem apoiar nos processos de contratação.
- › Acompanhar os/as jovens migrantes que se inseriram no mercado de trabalho, monitorando se os direitos e acordos de contratação estão sendo cumpridos.
- › Indicar para jovens migrantes serviços de preparação profissional, de busca de vagas de trabalho, dicas para preparação de entrevistas e serviços para solicitar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Alguns canais tradicionais de integração profissional, como o Sistema Nacional de Emprego (Sine)⁶, atualmente substituído pelo Programa Trabalha Brasil⁷, vêm se sensibilizando para a integração de migrantes e acesso à carteira digital.

6 —————
Disponível em:



7 —————
Disponível em:



ESTRATÉGIA 3. INCENTIVAR E PROMOVER A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A sociedade civil contribui para a aceleração da integração de migrantes no mercado laboral por meio das seguintes ações:

- › Realização de parcerias com agências de formação profissional, buscando capacitar e inserir jovens e adultos no mercado de trabalho por meio de programas de aprendizagem, estágios, trainees, cursos técnicos e tecnológicos.
- › O Sistema S é uma das grandes referências nacionais em formação profissional. Compõem o Sistema as seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo (SESCOOP).



ESTRATÉGIA 4. APOIAR O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO ENTRE A JUVENTUDE MIGRANTE

Ao compreender a capacidade produtiva e criativa dos migrantes, em razão da diversidade cultural e de conhecimentos que eles carregam, a sociedade civil incentiva a formação empreendedora dos jovens para a geração de renda. Veja algumas sugestões de atuação:

- › **Atuar** em parceria com instituições de formação profissional, a fim de ampliar o acesso a vagas em cursos de empreendedorismo e de geração de renda para jovens migrantes.
- › **Auxiliar** na obtenção do registro de Microempreendedor Individual (MEI)¹⁰.
- › **Informar** e facilitar o acesso a micro e nanocréditos ou bolsas de capital semente ofertados por organizações parceiras.

10

Disponível em:



ESTRATÉGIA 5. SENSIBILIZAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE JOVENS MIGRANTES

Conectar jovens migrantes a vagas de emprego representa um grande potencial de geração de

11

Disponível em:



renda e impacto econômico no Brasil. No entanto, as empresas podem **não estar suficientemente sensibilizadas para a questão migratória**¹¹.

Organizações da sociedade civil podem cumprir um papel estratégico e fundamental nesse processo de sensibilização dialogando com as empresas sobre os direitos laborais de pessoas migrantes e promovendo o trabalho decente.

IMPORTANTE:

- › Atuar para **desconstruir** a ideia de que migrantes são um problema para o país pode contribuir para seu processo de integração na sociedade brasileira. A mobilidade humana, quando realizada de forma segura, ordenada e digna, beneficia a sociedade e os migrantes. Ela traz multiculturalismo ao país, com línguas, culturas e visões diferentes e experiências profissionais das mais diversas áreas.

A incidência em favor da integração laboral de jovens migrantes pode se beneficiar de uma atuação junto aos departamentos de recursos humanos das empresas na perspectiva de expandir as oportunidades de contratação.

- + **Oferecer** treinamentos sobre diversidade cultural e fluxos migratórios.
- + **Incentivar** a criação de projetos de comunicação em língua portuguesa voltados ao atendimento de jovens migrantes.
- + **Reforçar** a importância da realização de censos de diversidade nas organizações para mapear e avaliar a integração das pessoas migrantes no ambiente organizacional.
- + **Propor** exercícios, palestras e workshops de compartilhamento sobre diferentes culturas em eventos nas empresas.

A preparação profissional está alinhada à articulação de rede entre pessoas e à mitigação de contextos de xenofobia, racismo e outras condições de vulnerabilidades às quais os/as migrantes podem estar expostos(as).



ATENÇÃO! É fundamental esclarecer os setores de recursos humanos de empresas sobre o valor legal de protocolos provisórios como documentos legítimos e, portanto, válidos para a contratação de um trabalhador migrante — fato muitas vezes desconhecido por gestores de empresas. É importante favorecer o acesso do setor empresarial ao perfil profissional de migrantes e provê-los de informações sobre os direitos humanos, civis, sociais, econômicos e políticos dessa população, bem como sobre as vantagens de incluí-los em suas equipes de trabalho.

BOAS PRÁTICAS!



No âmbito do Somos Todos Cuidadores, programa de diversidade da Sodexo On-site Brasil, em parceria com a OIM, por exemplo, venezuelanas foram qualificadas e novos postos de trabalho foram abertos. O projeto gerou impactos positivos na empresa, ampliando a diversidade e a integração entre as pessoas das equipes, promovendo, ainda, intercâmbio cultural. Tais iniciativas podem apoiar migrantes na transição de trabalhos informais para empregos formais, reduzindo condições de vulnerabilidade.

Abaixo outras práticas interessantes:



- › **Incentivar** o setor privado a assumir, por meio de seus programas de responsabilidade social, linhas de ação voltadas à integração socioeconômica da população migrante e refugiada.



- › **Contribuir** para o reconhecimento e a valorização do potencial criativo de migrantes, uma vez que são qualificados, multilíngues e resilientes.



- › **Incentivar** práticas de diversidade e inclusão por empresas, contribuir nas discussões e ações de sensibilização, promovendo a equidade de gênero nas organizações.





ESTRATÉGIA 6. APOIAR A ESTRUTURAÇÃO DE REDES DE APOIO A MIGRANTES

A articulação de redes é um dos principais instrumentos para uma integração social de qualidade para jovens migrantes e é também um desafio a ser consolidado, uma vez que **organizações internacionais, governos, empresas, sociedade civil e comunidades migrantes** têm dinâmicas próprias.

Quando todas essas esferas atuam de forma integrada, promovem a transformação social. Segundo a perspectiva da atuação em rede, não existe um centro único de onde partem as ações: elas ganham capilaridade, tornando-se mais flexíveis e efetivas na entrega de resultados e de valor aos beneficiários. Para isso, é preciso:



Articulação em rede: descentralizar ações, com foco na articulação de projetos e programas que apresentam a mesma finalidade e estão sendo desenvolvidos por outras organizações.



Comunicação entre organizações: fortalecer feedbacks sobre trabalhos desenvolvidos e sobre os resultados dos projetos implementados, democratizando o acesso à informação.



Capacitação técnica dos gestores: apoiar as equipes técnicas e intensificar a construção de pactos e consensos entre públicos diferentes.



Mediação de conflitos: construir diálogos baseados em uma comunicação não violenta entre atores.



Monitorar e avaliar as ações integradas: desenvolver um sistema de gestão da informação.

BOAS PRÁTICAS!



O **Forum Permanente de Mobilidade Humana do Rio Grande do Sul - FPMH/RS¹²** é um movimento voltado para a defesa dos direitos de pessoas em processo de mobilidade (migrantes, refugiados/as, apátridas, vítimas de tráfico de pessoas e estudantes internacionais).

Tem como principal objetivo fomentar e ampliar a rede de acolhimento, atendimento, integração sociocultural, assessoria, informação e produção de conhecimento sobre a mobilidade humana.

Compõe o Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS), voltado para a implementação de políticas para migrantes no estado, com o apoio da rede socioassistencial.

12 _____
Disponível em:



PRINCIPAIS AÇÕES:



Integrar os esforços das instituições que trabalham com pessoas em processo de mobilidade.



Conectar atores-chave das organizações da sociedade civil, instituições religiosas, Defensorias Pública Estadual e da União, universidades, órgãos do Poder Executivo federal (como ministérios e Polícia Federal), órgãos do Poder

Executivo estadual e municipal, órgãos colegiados (como conselhos e comitês), órgãos do Poder Legislativo e instituições culturais de migrantes.



Orientar as ações emergenciais e as estratégias do poder público voltadas à prevenção, proteção e acesso a direitos da população migrante.

BOAS PRÁTICAS!



Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios de Brasília (CSEM-DF) e Fórum Permanente de Mobilidade Humana de Passo Fundo (RS) implementaram uma pesquisa voltada ao Diagnóstico para o Enfrentamento dos Impactos do Coronavírus (COVID-19)¹³ na População Migrante e Refugiada no Rio Grande do Sul¹⁴. O projeto foi realizado em parceria com o grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional e com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

13 _____
Disponível em:



14 _____
Disponível em:



BLOCO 2



Mediação para a integração socioeconômica

Os primeiros atendimentos são fundamentais para orientar migrantes sobre os processos de regularização migratória e os serviços a que têm direito, principalmente nos primeiros meses de integração, período em que as pessoas migrantes podem estar mais vulneráveis a terem seus direitos violados por redes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho análogo ao de escravo.

Por isso, é fundamental ampliar a atuação das redes socioassistenciais. A **OIM** oferece cursos, em parceria com a **Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)**¹⁵ e a **Defensoria Pública da União (DPU)**, sobre migração e saúde, assistência social e crianças e adolescentes migrantes. Os treinamentos são ferramentas úteis para promover atendimentos humanizados e culturalmente sensíveis às pessoas migrantes, contribuindo para uma integração socioeconômica mais efetiva para essa população.

15 —
Disponível em:



O curso **“Direitos dos imigrantes e orientações para o atendimento”**¹⁶, realizado pela OIM em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, indica os caminhos para orientar os migrantes em áreas como assistência social, saúde, educação e proteção de grupos sociais específicos. Outro curso em destaque, desenvolvido pela OIM em parceria com o Ministério da Cidadania, é o **“Proteção Socioassistencial a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade ou Violação a Direitos”**, que aborda os mecanismos de proteção socioassistencial a pessoas migrantes, suas características, normas e diferentes contextos.

16 —
Disponível em:



Disponível em:



Em ordem de prioridade apontada por jovens participantes da escuta realizada pela OIM, os principais encaminhamentos para os quais migrantes precisam de orientação são:

- › **Documentação.**
- › **Acesso aos cursos de língua portuguesa.**
- › **Acesso a serviços de referência: saúde, moradia, conta bancária, assistência social, educação e segurança pública.**
- › **Programas socioassistenciais.**
- › **Assistência jurídica e mediação comunitária.**
- › **Apoio em iniciativas de geração de renda: empreendedorismo, economia criativa e acesso a crédito.**
- › **Educação formal: auxílio na realização de matrícula no ensino público e revalidação de diplomas e traduções juramentadas de documentos.**
- › **Apoio e defesa dos direitos sociais e trabalhistas.**
- › **Qualificação profissional: acesso a oportunidades de ensino técnico e tecnológico.**



O “Guia de Orientación en Derechos Humanos para Venezolanas y Venezolanos en el Contexto de la Respuesta Humanitaria de Brasil” contém informações sobre direitos e acesso a serviços públicos no Brasil.



OFERECER AUXÍLIO EM QUESTÕES DE DOCUMENTAÇÃO

O serviço de orientação e informação sobre documentação é essencial para que migrantes acessem seus direitos. A sociedade civil pode oferecer apoio para realizar agendamentos para emissão de documento de registro migratório e ofertar assessoria e acompanhamento dos processos de regularização migratória.

APOIAR O ACESSO A MORADIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Orientações sobre como ter acesso a moradia, educação, saúde e assistência social, de maneira específica e diretiva, são ótimas maneiras de facilitar o acesso de migrantes aos serviços públicos. Indicamos cinco eixos:



Moradia

- › É possível explicar como comprar ou alugar imóveis, em imobiliárias ou financiamento imobiliário em bancos, como a Caixa Econômica Federal, ou por meio de cooperativismo. Além disso, como obter benefícios, como auxílio-aluguel ou auxílio-moradia, nos CRAS ou CREAS.



Educação

- › É possível atuar em conjunto com secretarias municipais e estaduais de educação, mediando o acesso às informações e aos procedimentos para matrícula em programas de formação, vestibulares, financiamento estudantil, acesso a cotas e equivalência de diplomas.



Saúde

- › É possível ajudar jovens migrantes a cumprir os procedimentos necessários para acessar a saúde pública brasileira, como emitir a carteira do Sistema Único de Saúde (SUS).



É importante lembrar, porém, que atividades de identificação e cadastramento podem ser efetuadas posteriormente ao atendimento realizado, o que é especialmente importante saber em casos de urgência e emergência.





Segurança

- › É importante orientar as pessoas migrantes sobre seu direito de ir e vir e de ter preservada sua integridade e seu patrimônio, podendo recorrer aos serviços de segurança pública em caso de necessidade, como as Polícias Militar, Civil, Rodoviária e Federal, e Corpo de Bombeiros.



Assistência Social

- › É possível atuar na identificação das vulnerabilidades, encaminhando e promovendo o acesso a serviços públicos e direitos básicos à população migrante.



BLOCO 3



Incidência no processo de elaboração de leis, políticas públicas, programas e planos intersetoriais

Influenciar, por meio de atuação nas discussões, formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para migrantes, seja junto a comitês e conselhos ou na implementação de planos municipais e estaduais, políticas e orçamentos. A sociedade civil é parte ativa dos processos de garantia de direitos das populações migrantes. Conheça algumas referências de boas práticas.



EM ÂMBITO FEDERAL

O governo revitalizou órgãos e especializou outros para atender às especificidades das populações migrantes:

- › No Ministério da Justiça foram estabelecidos órgãos colegiados, como o **Conselho Nacional de Imigração (CNIg)**,¹⁷ que tem como principal atribuição a formulação da Política Migratória Laboral Brasileira, por meio da edição de resoluções normativas; e o **Comitê Nacional para os Refugiados (Conare)**,¹⁸ que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.
- › Na Casa Civil, foi criado o **Comitê Federal de Assistência Emergencial**, encarregado de estabelecer as diretrizes de assistência emergencial e as ações de atendimento a migrantes em situação de vulnerabilidade social a serem desenvolvidas pelo Governo Federal com apoio dos governos estaduais, municipais e distrital.

17 —
Disponível em:



18 —
Disponível em:





EM ÂMBITO ESTADUAL

- No estado de São Paulo foi criado, em 2007, o **Comitê Estadual para Refugiados (CER)**¹⁹, vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania, com o objetivo de elaborar e implementar o Plano Estadual de Migrações e Refúgio.

19 —
Disponível em:



20 —
Disponível em:



- No estado do Rio de Janeiro, o governo criou, em 2009, o **Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes (CEIPARM)**, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH).²⁰

- No estado do Paraná, o governo criou, em 2015, o **Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA)**²¹, vinculado à Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), com a finalidade de viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos de refugiados, migrantes e apátridas, visando à garantia da promoção e proteção de seus direitos.

21 —
Disponível em:



- No estado de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa criou, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, em 2019, o **Grupo de Trabalho de Apoio aos/às migrantes e Refugiados (GTI)**²², com a finalidade de propor ações de apoio.

22 _____
Disponível em:



EM ÂMBITO MUNICIPAL

- Na cidade de São Paulo, o governo criou, em 2016, o **Conselho Municipal de Imigrantes (CMI/SP)**²³, com o objetivo de participar da formulação, implementação, monitoramento e avaliação da Política Municipal para a População Imigrante. Em formato de **conselho participativo, propõe a composição paritária entre representantes de migrantes que podem votar e ser votados.** Também foi criada no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em 2013, a **Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE/SP)**²⁴, com a finalidade de elaborar e acompanhar o cumprimento das

23 _____
Disponível em:



24 _____
Disponível em:



ações constantes do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo.

- › A câmara do Rio de Janeiro criou a **Comissão Municipal dos Direitos Humanos (CMDH/RJ)**²⁵, com o objetivo de promoção dos direitos humanos em geral, incluindo os de migrantes.

- › O município de Porto Alegre criou, em 2015, o **Comitê Municipal de Atenção aos/às Imigrantes, Refugiados(as), Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (COMIRAT/POA)**²⁶, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Secretaria Adjunta dos Povos Indígenas e Direitos Específicos.

25 —
Disponível em:



26 —
Disponível em:



REFERÊNCIAS DE POLÍTICAS E PLANOS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DE MIGRANTES

Algumas referências de políticas e planos para os quais a sociedade civil contribuiu na elaboração e implementação:

- **No município de São Paulo:** Plano Municipal de Políticas para Imigrantes²⁷.
- **No município do Rio de Janeiro:** 1º Plano Municipal de Direitos Humanos²⁸.
- **No estado do Paraná:** Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná²⁹.

27
Disponível em:



28
Disponível em:



29
Disponível em:



REFERÊNCIAS POLÍTICAS ESPECÍFICAS

A exemplo da Associação Compassiva que atua em ações de advocacy para a flexibilização das normas e nos trâmites burocráticos para a revalidação de diplomas de ensino superior no Brasil, outras organizações da sociedade civil podem:

- › **Incidir** em políticas de forma a ampliar o número de diplomas validados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), uma vez que a incompatibilidade de cursos do ensino público e a formação de migrantes impacta a revalidação de suas qualificações.

- › **Isentar** taxas para aqueles que apresentarem certidões de hipossuficiência ou isentar as taxas para migrantes e refugiados(as), como no exemplo das leis adotadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, respectivamente: Lei 16.685/2018³¹, Lei 8.020/2018³² e Lei 19.830/2019.³³

31
Disponível em:



32
Disponível em:



33
Disponível em:





REVEJA ABAIXO ALGUMAS AÇÕES
CHAVES PARA APOIAR A INTEGRAÇÃO
SOCIOECONÔMICA DE JOVENS MIGRANTES.



Advocacy para o aprimoramento da
legislação e políticas públicas



Mobilização do setor privado



Promoções de capacitações
profissionais



Incentivo a geração de renda através de
práticas empreendedoras



Promoção da integração social dos jovens

FALE CONOSCO!

Deseja se engajar e apoiar a integração laboral e empreendedora de migrantes no Brasil? Fale conosco e siga-nos nas redes!

✉ iombrazil@iom.int 🌐 brazil.iom.int

 /OIMBrasil

 @OIMBrasil

 OIMBrasil

 @oimbrasil



USAID
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS



OPORTUNIDADES
Integração no Brasil



OIM
ONU MIGRAÇÃO